

Organização Política e a luta pelos direitos dos Pescadores de Jaguaripe-Ba.

Luiz Carlos Silva dos Santos Junior¹

RESUMO

O trabalho da pesca no Brasil, ao longo dos anos, sofreu grandes mudanças promovidas pelo Estado com a tentativa de ordenar e controlar essa atividade. A análise dessas alterações ocorridas, servem para a compreensão da organização política da pesca em âmbito local em sua relação com o Estado nacional. Dessa forma, esse artigo discorre sobre projeto que visa analisar como se organizam politicamente em torno dessas medidas implantadas pelo Estado, os pescadores dessa região. A cidade de Jaguaripe/BA está localizada na região do Baixo Sul, tem uma geografia privilegiada, com extensos manguezais, a comunidade tem na pesca o seu principal meio de sustento da vida. O passado colonial nos moldes do trabalho escravo foi um fator relevante para a configuração atual da sociedade jaguaripense, os pescadores de Jaguaripe, são em sua grande maioria descendentes dos primeiros moradores daquela região o que inclui ex-escravos. Desse modo, o tema exposto propõe compreender e analisar a organização política e a relação com a luta por direitos da comunidade de pescadores de Jaguaripe.

PALAVRAS-CHAVE

Comunidades pesqueira; Organização Política; Luta por Direitos

¹ Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia.

APRESENTAÇÃO

A proposta do presente artigo é apresentar o projeto de pesquisa “Organização política e a luta por direito dos pescadores de Jaguaripe-Ba”, ainda nas primeiras fases de levantamento de dados. Pretendo introduzir as primeiras reflexões em torno do objetivo proposto, que é o de compreender como estão organizados politicamente os pescadores de Jaguaripe-sede e da Ilha D'Ajuda e investigar a luta por seus direitos.

Os primeiros levantamentos de dados trouxeram uma curiosidade em relação as formas de organização dos pescadores dessas duas localidades. Diferentemente da sede municipal de Jaguaripe, em Ilha D'Ajuda há um avanço de investimentos governamentais diretamente na região. Há um grande número de terrenos à venda devido a crescente especulação imobiliária, uma apropriação da Praia dos Garcez(localizada próxima à ilha D'Ajuda) por turistas e comerciantes e construções recentes de pousadas e moradias.

Esses fatores de alguma forma interferem na dinâmica do lugar, a intenção da pesquisa é compreender como os trabalhadores do mar estão organizados diante dessa situação em Ilha D'Ajuda. As primeiras observações demonstram que há uma nova apropriação do espaço social e físico por outros agentes que não os que ocupavam originalmente o lugar – quando foi formada a Ilha D'Ajuda. Esse estudo pretende analisar de que forma a comunidade pesqueira está mobilizada e qual as suas principais reivindicações diante desse processo.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE JAGUARIFE-BAHIA

A cidade de Jaguaripe-Bahia está localizada na região do Baixo Sul, tem uma geografia privilegiada, com extensos manguezais, grandes rios navegáveis com os principais: rio Jaguaripe, rio da Dona e o Jiquiriçá. O primeiro e o segundo deságuam no fundo da Baía de Todos os Santos. Segundo, dados do IBGE², no ano de 2014, a população de Jaguaripe estimava 18.432 habitantes. Originou-se da criação da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, pelo bispo D. Constantino Barradas, em 1613. Foi a primeira vila do Recôncavo baiano (NUNES, 1996):

“A vila de Jaguaripe foi a primeira criada no Recôncavo baiano depois da vila do capitão donatário Pereira Coutinho (1535) e da cidade do Salvador, construída pelo primeiro governador geral para ser a capital do Estado do Brasil (1549) (...) O governador geral do Estado do Brasil, D. João de Lencastro (1694-1702), baseando-se na autoridade conferida pela Carta Régia de 22 de maio de 1693, criou em fins do séc. XVII três novas vilas no Recôncavo baiano: Jaguaripe, instalada

². Segundo os dados estatísticos do IBGE, em pesquisa realizada no ano de 2014.

em 15 de dezembro de 1697, Cachoeira instalada em 7 de janeiro de 1698 e São Francisco do Conde, em 16 de fevereiro de 1698.” (NUNES, 1996)

A riqueza de recursos naturais presentes na cidade de Jaguaripe e sua importância histórica no processo de formação da sociedade brasileira, já foi alvo de pesquisadores da Baía de Todos os Santos:

“Schwartz (1988, p. 173) afirma que, no fim do XVII, da vigorosa Mata Atlântica, encontrada em 1501 por Américo Vespucci, restava uma pequena faixa ao sul do Jaguaripe. As demais já haviam sido derrubadas para dar espaço à agricultura e para fornecer madeira para a construção de casas e embarcações ou ainda para alimentar os engenhos. Essa expansão, cujo período áureo ocorreu entre os anos de 1570-1612, para ser explicada necessita que associemos o sucesso financeiro da economia açucareira com a política metropolitana de distribuir sesmarias a pessoas capitalizadas e a nobres com grande influência na corte, como os condes de Castanheira e o de Linhares, Álvaro da Costa, filho do governador Duarte da Costa, e Mem de Sá”,(BTS, p.92).

A cidade de Jaguaripe é um local onde possuo familiares até os dias atuais , que não são pescadores, mas que historicamente se relacionam diretamente com eles através do comércio e da amizade. Realizei no ano de 2013 um trabalho antropológico que possuía como tema o mapeamento preliminar de comunidades tradicionais na Baía de Todos os Santos. Devido a isso, acabei realizando entrevista com o presidente da Associação dos moradores de Jaguaripe (sede municipal).

Por ocasião da entrevista, foi-me relatado que existiu uma tentativa de criar uma cooperativa com os pescadores, mas algumas famílias não aderiram a idéia proposta, pois acreditavam que se tratava de uma estratégia de promoção política do presidente da associação. Em decorrência disso, surgiu a proposta de investigar a luta por direitos daquela população, como pescadores. A idéia da cooperativa aparentemente parecia ser vantajosa para todos, na medida em eles ganhariam mais com sua criação, pois não precisariam pagar uma porcentagem aos “atravessadores” (que são figuras que fazem a conexão entre os restaurantes de Salvador e Jaguaripe).

_____A cidade de Jaguaripe, recorte empírico do trabalho antropológico proposto, é um local que na atualidade ainda apresenta recursos naturais preservados como manguezais, rios e uma rica mata atlântica e as relações sociais – principalmente dos pescadores com o mar – é conservada de geração para geração, durante séculos. São pertencentes à Jaguaripe, os distritos de: Jaguaripe-sede, São Bernado, Palma, Camassandi, Ilha d'Ajuda, Praia dos Garcez, Mutá, Cações e Pirajuía. Situada ao sul da Baía de Todos os Santos, pouco antes da foz, chega ao rio Jaguaripe o seu afluente rio da Dona. Atualmente, a cidade de Jaguaripe possui dois portos: o do rio Jaguaripe e o “outro porto” no rio da Dona, sendo considerada a “Mesopotâmia baiana”(NUNES, 1996).

É importante ressaltar que a cidade de Jaguaripe atualmente está subdividida em alguns distritos que estão geograficamente afastados da sede municipal. A proposta do trabalho é investigar os pescadores de Jaguaripe, que estão localizados na sede e os que estão situados no distrito de Camassandi, precisamente em Ilha D'Ajuda. Essa região está situada a beira do rio Jequiriçá, à 600 metros da praia dos Garcez. Segundo a história oral dos pescadores mais antigos que fundaram a Ilha D'Ajuda, foi-me relatado que os primeiros moradores daquela região viviam exclusivamente da pesca. Atualmente a região sofre um processo de investimentos econômicos e especulação imobiliária.

Nessas duas localidades há algumas diferenças relacionadas a comunidade pesqueira. A questão do próprio reconhecimento dos pescadores, sua forma de organização política, os investimentos governamentais, as modalidades de pesca que exercem e em qual região pescam, são questões que serão analisadas detalhadamente durante a pesquisa

A comunidade de Jaguaripe, tem na pesca o seu principal meio de sustento. Segundo, dados do IBGE, no ano de 2014, a população estimava 18.432 habitantes. Originou-se da criação da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, pelo bispo D. Constantino Barradas, em 1613. Foi a primeira vila do Recôncavo baiano³.

Com o status de primeira vila do Recôncavo baiano, a cidade estudada ainda demonstra visualmente na arquitetura das ruas, casas, Igrejas e no seu antigo Fórum, resquícios de um passado colonial baseado na escravidão. O apogeu econômico que ocorreu no Brasil na era do açúcar, as rebeliões escravas no século XIX e posteriormente o declínio econômico que afetou a economia açucareira, geraram reflexos significativos na cidade de Jaguaripe. Essa questão pode ser percebida como relata o mapeamento realizado na cidade e nos seus povoados:

“Nesse mesmo programa de mapeamento, em Jaguaripe, houve a oportunidade de registrar os vestígios do engenho de São Bernardo, no povoado do mesmo nome. Do conjunto original ficaram apenas uma boa parte do aqueduto, que se desenvolve por trechos desnivelados, sustentando-se por um sistema de arcos, as pilastras do que poderia ser a fábrica de açúcar e a capela, ainda em uso, com partido simples, de uma única nave. Outro sítio de produção açucareira, localizado a aproximadamente 2 km do São Bernardo à margem do Rio da Dona, no Município de Jaguaripe, próximo à divisa com o município de Aratuípe, também foi reconhecido. Dele se identificaram como vestígios as colunas de argamassa mista, o berço da roda d'água, o canal condutor de água e a barragem de desvio da água no rio. De um período mais recente, provavelmente do século XIX, resta, ainda, uma grande caldeira de ferro, com uma boca de 1,70m”.(BTS, Aspectos humanos, ANO, p.43).

Os pescadores da sede de Jaguaripe estão situados em diferentes regiões da cidade.

³. Segundo os dados estatísticos do IBGE, em pesquisa realizada no ano de 2014.

Atualmente há dois portos na cidade e em cada um deles há presença da comunidade pesqueira. Eles utilizam na maioria das vezes formas artesanais de pesca, as quais foram transmitidas historicamente através das gerações. Pescam com redes, gaiolas artesanais e alguns pescam apenas com a mão, utilizando a técnica da apnéia para conseguir encontrar os peixes em baixo d'água enterrados na terra.

As marcas históricas ainda podem ser visualizadas na cidade através das festas populares, com presença marcante de pescadores. São elas: regatas que ocorrem durante a comemoração do dia da Nossa Senhora dos Navegantes e na festa da cidade de Jaguaripe, todos os anos. Ambas possuem a presença dos pescadores que navegam suas embarcações da cidade de Jaguaripe até a cidade de Cacha-Pregos, localizada na ilha de Itaparica, pertencente ao município de Vera Cruz.

Os pescadores de Jaguaripe, são em sua grande maioria descendentes dos primeiros moradores daquela região, que como consta no mapeamento citado, viveu períodos sob regime de escravidão. Ainda hoje no distrito de Palma existem as antigas “casas de farinha”.

Estudar a forma atual em que se encontram organizados os pescadores de Jaguaripe, as relações sociais entre eles, associados e não associados, a existência de cooperativas, a relação entre os pescadores da sede de Jaguaripe com a colônia dos Pescadores e investigar as suas principais lutas por direito são elementos em que o projeto define como elementos essenciais serem investigados. .

A presença da pesca artesanal, a relação dos pescadores com o mar, os tipos e modos diferentes de capturar o peixe, são questões que serão previamente analisadas para que seja investigado de que forma a organização política influencia na atuação dos pescadores na luta pelos direitos. De que maneira essas questões podem interferir ou não no seu cotidiano. Seja entre as Colônias, as associações, cooperativas, ONG's e as demais formas que forem percebidas. Na sede municipal não há uma Associação específica para os pescadores. A Colônia de Pesca é o único órgão representativo existente.

Desse modo, esse trabalho será feito com uma análise etnográfica das práticas políticas entre pescadores e o município, o acesso aos direitos e as políticas públicas locais relacionadas à pesca, tanto no âmbito da sede municipal, quanto na Ilha D'Ajuda. Para tanto será feito o acompanhamento das reuniões das Colônias referentes aos pescadores de Jaguaripe e de Ilha D'Ajuda, participação nas assembleias que forem organizadas referentes a pesca e no dia-a-dia dos pescadores.

O trabalho da pesca no Brasil, ao longo dos anos, sofreu grandes mudanças promovidas pelo Estado com a tentativa de ordenar e controlar essa atividade. Direitos e deveres, historicamente, foram legados à comunidade pesqueira. Mas, é no século XX, nas primeiras décadas, que será

reconhecida a profissão de pescador, por parte do Governo. A fundação de Colônias pelo país e o aumento significativo do cadastro dos pescadores, foram fatos que ocorreram na época, os quais demonstram uma nova política do Estado, relacionado com a pesca. Em 1921 e 1923 foram criados, respectivamente, a Confederação dos Pescadores do Brasil e os primeiros estatutos de Colônias, da Confederação e das Federações estaduais.

A análise dessas alterações ocorridas, servem para a compreensão da organização política da pesca nacional e a influência sobre as organizações locais. Dessa forma, os pescadores tentaram organizar-se politicamente em torno dessas medidas implantadas pelo Estado. O contexto histórico da formação do Brasil, demonstra a relação particular que existe entre os pescadores e o Estado que vez ou outra interferia em seu dia-a-dia.

Nos dias atuais, com a promulgação da Constituição Federal, o seu artigo 8º, permitiu que as Colônias fossem equiparadas aos sindicatos. Posteriormente, com o advento da Lei nº 10.779/2003 (Lei do seguro-desemprego do pescador artesanal), para ter acesso ao seguro-desemprego no período de defeso, foram exigidos do pescador que exerce a atividade pesqueira profissional, documentos que comprovassem dentre outros, o atestado da Colônia dos Pescadores a que esteja filiado, pois é requisito para concessão do benefício o trabalho ininterrupto. Ainda há uma interferência do Estado brasileiro na atividade pesqueira, que influencia no cotidiano dos pescadores.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Em Camassandi assim como na sede municipal da cidade, as sociabilidades entre os pescadores são pontos interessantes que devem ser analisados com um olhar, um ouvir etnográfico . A localidade de Ilha d'Ajuda é um local que, segundo a história oral, foi formado a muitos anos exclusivamente por pescadores.

Compreender como estão organizados politicamente os pescadores, a relação deles com as colônias, com as associações, a luta pelos direitos e a sua percepção sobre o que é ser um pescador são elementos que serão observados no trabalho de campo. **O método etnográfico será preconizado nesta pesquisa, pautado na observação participante com** a imersão do pesquisador na comunidade pesqueira e o levantamento de dados acerca do cotidiano dos pescadores de Jaguaripe e a suas formas de organização política e as principais questões que coletivamente os mobilizam.

O trabalho de campo será realizado com base na obra “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”, de Roberto Cardoso de Oliveira. A importância do olhar, do ouvir são

características peculiares da etnografia e influenciam diretamente no trabalho que o pesquisador realizará. A pesquisa de campo, feita dessa maneira possibilitará investigar e compreender como se dá a relação dos pescadores com a Colônia, com as Associações existentes, com o município e outros órgãos de representação social dessa categoria.

No trabalho de campo a atenção ao ponto de vista dos pescadores será crucial para o processo de desenvolvimento do trabalho antropológico. Para isso, será necessário que a coleta de dados, as entrevistas e a posterior análise dos dados com a produção escrita do pesquisador sejam realizadas com observância ao ponto de vista também dos pescadores em relação as questões abordadas. Identificar de que forma a comunidade percebe essas questões. A importância principal estará na forma como as populações lidam com esses dilemas.

Outro ponto a ser observado é o de estabelecer relações dialógicas com os interlocutores da pesquisa e não relações entre pesquisador e informantes. Como salienta Oliveira:

“Essa relação dialógica - cujas consequências epistemológicas, todavia, não cabem aqui desenvolver - guarda pelo menos uma grande superioridade sobre os procedimentos tradicionais de entrevista. Faz com que os horizontes semânticos em confronto - o do pesquisador e o do nativo - abram-se um ao outro de maneira a transformar um tal confronto em um verdadeiro encontro etnográfico(...)” (OLIVEIRA, Roberto. 1988, p. 24)

A compreensão de que os dados coletados não são nossa própria construção, mas resultam das construções de outras pessoas, possibilitará interações variadas entre o pesquisador e os interlocutores.

Portanto, será realizada uma descrição densa da realidade local dos pescadores de Jaguaripe e a luta por seus direitos. Desse modo, a análise deve compreender as estruturas de significação e determinar sua base social e sua importância para os pescadores. Identificar o que eles realmente compreendem como direitos da sua categoria e buscar investigar a influência dessas questões nos seus cotidianos.

Como sinaliza Geertz, a descrição densa, por não se tratar de uma análise superficial do cotidiano da população estudada, deve abordar “o que os nativos pensam realmente ou se são apenas simulações inteligentes, equivalentes lógicos, mas substantivamente diferentes do que eles pensam” (GEERTZ, 2008, p.). Segundo o autor, “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um nativo faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura)”.

O trabalho antropológico que pretende ser realizado adotará a descrição densa como um método para escapar da seara da superficialidade. Esse fator contribuirá para que ocorra uma aproximação com a realidade presente na cidade de Jaguaripe e a dinâmica do cotidiano dos pescadores.

Ainda segundo Geertz o etnógrafo deve observar, registrar, analisar o objeto de estudo com atenção voltada para a avaliação das conjecturas da sociedade. A descrição etnográfica, segundo o autor referido, possui três características: “ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o 'dito' num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis”.

Será realizada, por isso, pesquisa de campo, onde o ponto de vista dos pescadores possui uma relevância importante no desenvolvimento do trabalho antropológico a ser produzido. Essas questões contribuem para o processo de descoberta antropológica, como salienta Peirano:

“Dito de outra maneira, o lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas é um procedimento com implicações teóricas específicas. Se é verdade que técnica e teoria não podem ser desvinculadas, no caso da antropologia a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada, quando desafia os conceitos estabelecidos pelo confronto que se dá entre i) a teoria e o senso comum que o pesquisador leva para campo e ii) a observação entre os nativos que estuda”, (PEIRANO, Mariza. p.8).

A pesquisa de campo realizada, desse modo, possibilita a ocorrência da descoberta antropológica que segundo Peirano(1992) “é um diálogo, não entre indivíduos - pesquisador e nativo – mas, sim, entre a teoria acumulada da disciplina e o confronto com uma realidade que traz novos desafios para ser entendida e interpretada(...)”.

Então, durante a pesquisa de campo em Jaguaripe questões teóricas sobre os pescadores quando confrontadas com a realidade do seu cotidiano podem ensejar em novas possibilidades que até então não haviam sido vislumbradas pelo pesquisador. Peirano(1992) sinaliza a capacidade de observação do antropólogo quando ocorrerem “confrontos de diferenças” entre a teoria e a pesquisa de campo. Para isso, o potencial de riqueza da antropologia está na sensibilidade para o confronto ou o diálogo entre as teorias acadêmicas e nativas que podem ocorrer.

A PESCA E AS QUESTÕES ANTROPOLÓGICAS A SEREM INVESTIGADAS

O estudo dessa região, por minha parte, começou justamente no ano de 2015. Investimentos do Governo Federal para o desenvolvimento de gasoduto, construção de casas ao longo das praias e uma crescente ocupação de pessoas de outras regiões são pontos que serão investigados em Ilha D'Ajuda. Portanto, buscarei compreender a situação e o ponto de vista dos pescadores acerca dessa mudança recente que ocorrem na região e qual são as práticas políticas existentes nessa Ilha.

Dentro dessa perspectiva e considerando os referenciais teóricos sobre o tema, a luta

por direitos, segundo a concepção de Axel Honneth, implica na luta por reconhecimento. Dessa forma, as experiências morais de desrespeito e injustiças podem ensejar conflitos sociais. Por isso, o tema proposto no projeto de pesquisa deverá ser investigada principalmente sob a ótica das experiências pessoais de desrespeito vivenciadas por essa população. Políticas públicas que estão implementadas, o atendimento dessas políticas aos pescadores, como se encontra o processo de reconhecimento dos seus direitos e o acesso aos benefícios que devem ser fornecidos.

Diante do exposto, a compreensão de situações consideradas como de desrespeito pode proporcionar uma mobilização coletiva e política que é capaz de “arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, uma auto-relação nova e positiva (HONNETH, 2003, p. 259)”. Dessa maneira, a importância de investigar as lutas sociais na cidade, em torno das duas localidades pesqueiras.

Os pescadores em Jaguaripe estão ligados à colônia de pescadores, às associações e também encontram-se fora das associações. Então, comenta A. Honneth:

“Interesses são orientações básicas dirigidas a fins, já aderidas à condição econômica e social dos indivíduos pelo fato de que estes precisam tentar conservar pelo menos as condições de sua reprodução; esses interesses vêm a ser atitudes coletivas, na medida em que os diversos sujeitos da comunidade se tornam conscientes de sua situação social e se vêm por isso confrontados com o mesmo tipo de tarefas vinculadas à reprodução” (A.Honneth, p.260)

Portanto, as formas de ofensa e de desrespeito, são capazes de estabelecer processos conflituosos na vida social. É com isso que a idéia da luta por reconhecimento, tem uma conexão com a luta por direitos. Nesse caso, os pescadores de Jaguaripe como cidadãos possuem direitos a participação política, ao bem-estar e ao reconhecimento jurídico da sua atividade pesqueira como profissão legítima.

A pesquisa ao identificar um provável sentimento de desrespeito sofrido pelos pescadores de Jaguaripe, verificará uma possível luta coletiva por reconhecimento dessa categoria, na medida em que o engajamento de cada um deles na luta pelos seus direitos, restitui um pouco do seu auto-respeito perdido e os tornam conscientes de sua situação social.

Com isso, partimos da discussão também da G. Spivak sobre a questão da representatividade das classes subalternas. A pergunta que dá origem ao título do seu livro: “Pode o subalterno falar?”, aponta na discussão que será feita sobre o papel das associações, das colônias de pescadores e outras formas de organizações políticas que se encontrarem nas regiões estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse artigo foi de apresentar o projeto de pesquisa: “organização política e a luta por direitos dos pescadores de Jaguaripe-Bahia” que resultará em uma dissertação de

Mestrado a ser defendida em 2017. No presente momento, as pesquisas estão em andamento, em fase inicial, e as questões principais serão em breve analisadas e revisadas tendo por base os resultados obtidos no trabalho de campo.

BIBLIOGRAFIA

CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima tavares; PEREIRA, Cláudio. Organizadores. **Baía de todos os santos : aspectos humanos**. Salvador : edUFBa, 2011.

DUARTE, Luiz Fernando D. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EdUFF, 1999

DIEGUES, Antônio Carlos. **S. Povos e Mares: leituras em sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

CEFAÏ, Daniel; MOTA, Fabio R.; VEIGA, Felipe B. **Introdução**. In: ____ et al.(org.) **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: EdUFF, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **“O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, e escrever.”** IN: _____, *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998

GEERTZ, C. **“Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura”**. In.: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, pp. 278 – 320..

LIMA, Adriana et al. **Relatório técnico do Seminário Nacional de Prospecção de Demandas da Cadeia Produtiva da Pesca: PROSPESQUE**. Brasília: EMBRAPA, 2012

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza . ***A Favor da Etnografia***. Série Antropologia, DAN/UNB, 1992, acesso em <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie130empdf.pdf>

BARICKMAN, B. J. **Resistance and decline: slave labour and sugar production in the Bahian Reconcavo, 1850-1888**. Journal of Latin American Studies, v. 28, n. 3, p. 588-633, 1996.

KNOX, W. **“Vivendo do mar: tradição, memória e mudança na vida pesqueira de Pitangui/RN.”**Natal, UFRN, 2007.

NUNES, Antonietta de Aguiar. **Reminiscências da capitania de Paraguaçu: memória** histórica de Jaguaripe nos séculos XVI e XVII in Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº 92, p.267-286, jan/dez 1996.

PESSANHA, Elina. **Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu**. Eduff, Niterói, 2003

SILVA, J. G. S. da. **A Faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX)**. Campinas, SP: Papirus, 2001

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2010.

IBGE, **Censo demográfico realizado no ano de 2014**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=291780> . Acesso em: 10/062015.